

## **Mídia, Femicídio e Movimento Feminista: Uma Análise da Cobertura Jornalística do Caso ‘Pamela Bessa’ pelo Telejornal ‘Bom Dia Paraíba’<sup>1</sup>**

Luana Brito LACERDA<sup>2</sup>

Demerval Ricardo de Melo LELLIS<sup>3</sup>

Glória RABAY<sup>4</sup>

Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, PB

### **RESUMO**

O feminicídio de Pamela Bessa ocasionou uma série de protestos feministas no Sertão Paraibano, fator que impactou a cobertura da mídia local do caso, ampliando o debate sobre o problema. O objetivo deste estudo foi analisar a representação do feminicídio na cobertura da emissora de maior audiência do estado, a Rede Paraíba de Comunicação, afiliada da Rede Globo, e verificar o modo como as ações feministas influíram na pauta sobre o assunto. Observou-se que o ativismo feminista gerou repercussão (*suíte*), mas apareceu de fundo e não como fonte direta. As manifestantes não receberam direito à fala, e sequer foram citadas.

**PALAVRAS-CHAVE:** Mídia; Femicídio; Movimento Feminista.

### **Introdução**

A violência contra o feminino nas sociedades é um fenômeno de larguíssima escala temporal, atravessando séculos e até mesmo economias distintas. Quer seja chamado de patriarcado ou relações de gênero, este problema se reatualiza e se fortalece na modernidade. Os feminicídios não são senão seus produtos direto, pois se trata da forma máxima e extrema dessa violência: a punição com morte dos corpos femininos.

Assim como outras violências que estruturam a sociedade brasileira, sua manutenção se dá necessariamente pelo corpo das instituições, corporações e dos aparelhos ideológicos do Estado, disseminando-se em nossas relações pessoais. Portanto, a mídia cumpre um papel importante na manutenção e reprodução desses problemas enquanto aparelho ideológico. No caso dos feminicídios, atua conferindo-lhes com certa frequência justificativas através de estereótipos que culpabilizam as

---

<sup>1</sup> Trabalho apresentado no Intercom Júnior – IJ01 – Jornalismo do 46º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, realizado de 4 a 8 de setembro de 2023.

<sup>2</sup> Estudante de Graduação 10º semestre do Curso de Jornalismo da UFPB, e-mail: luablacerta@gmail.com.

<sup>3</sup> Graduado em jornalismo pela UFPB, e-mail: riccchys@outlook.com.

<sup>4</sup> Orientadora. Prof. Dra. do Dep. de Jornalismo da UFPB. Prof. do Programa de Pós-Graduação em Jornalismo e do Programa de Pós-Graduação em Direitos Humanos, Cidadania e Políticas Públicas, e-mail: gloria.rabay@gmail.com.

vítimas.

A legitimação e naturalização das desigualdades sociais e de gênero ocorrem pela “representação do mundo social (e, em particular, da política) feita pela mídia (e, em particular, pelo jornalismo) que contribui para perpetuar tal desigualdade” (MIGUEL; BIROLI, 2011, p.12), atuando para a manutenção desses cenários de violência. A mídia não é isenta, aquém dos interesses de determinados grupos da sociedade, ao contrário do que sugere a ideologia dominante, para a qual o “jornalismo sério” deve ser imparcial e objetivo.

As relações de poder da sociedade contribuem para reforçar as desiguais possibilidades de participação no debate público, como ser ouvido e representado midiaticamente. A mídia também “seleciona, interdita ou inclui falas nesse debate. Assim, em uma sociedade marcada pelas estratificações e misoginias, a palavra da mulher tem menor valor do que a palavra masculina, diante de um Estado patriarcalizado e repatriarcalizado” (THURLER, 2017, p. 5). Dessa forma:

O que ganha espaço no debate público e o que é condenado ao silêncio está condicionado — no caso da violência contra a mulher e os feminicídios — à hierarquia entre os sexos, à estratificação entre o público e o privado. A despolitização dos feminicídios ameniza o sentido radical de dominação masculina sobre a vida, tanto por meio dos espaços de liberdade de escolha, quanto pelos espaços a que as mulheres estão destinadas e têm sido também, histórica e socialmente, revestidos de menor valor (THURLER, 2017, p. 6).

No entanto, assim como perpetua essas violências, os meios de comunicação podem e devem agenciar o combate a elas, efetivando seu papel na democratização social. Isso significa que “somente uma postura crítica da mídia diante desses crimes hediondos poderá contribuir para reduzi-los, para ocorrer mudança em comportamentos coletivos e individuais” (THURLER, 2017, p. 4).

### **O que é um feminicídio?**

O texto “*Femicide*” de Jane Caputi e Diana Russell, publicado nos anos 1990, nos Estados Unidos, é a primeira referência de formulação do termo feminicídio como conhecemos hoje:

O femicídio representa o extremo de um continuum de terror anti-feminino e inclui uma ampla variedade de abusos verbais e físicos, tais como estupro, tortura, escravidão sexual (particularmente por prostituição), abuso sexual infantil incestuoso ou extra-familiar, agressões físicas e emocionais, assédio sexual (por telefone, nas ruas, no trabalho e na escola), mutilação genital (clitoridectomias, excisão, infibulações), operações ginecológicas

desnecessárias (histerectomias não justificadas), heterossexualidade forçada, esterilização forçada, maternidade forçada (por criminalização da contracepção e do aborto), psicocirurgia, negação de comida para mulheres em algumas culturas, cirurgia plástica e outras mutilações em nome do embelezamento. Sempre que estas formas de terrorismo resultam em morte, se transformam em feminicídios (CAPUTI; RUSSELL, 1992, s/n).

A discussão foi incorporada por autoras mexicanas, a princípio “para denunciar a existência de feminicídios em Ciudad Juárez - cidade fronteiriça ao norte do país” (GOMES, 2018, p. 1), mas logo a categoria se consolidou em toda América Latina. De acordo com a autora Rita Segato (2012), em tradução livre, dentro da teoria do feminicídio, o impulso de ódio em relação às mulheres foi explicado como consequência da violação feminina às duas leis do patriarcado: a norma de controle ou posse sobre o corpo feminino e a norma da superioridade masculina. Assim diz a autora:

(...) la reacción de odio se desata cuando la mujer ejerce autonomía en el uso de su cuerpo descatando reglas de fidelidad o de celibato – la célebre categoría de “crímenes contra la honra” masculina - , o cuando la mujer accede a posiciones de autoridad o poder económico o político tradicionalmente ocupadas por hombres, desafiando el delicado equilibrio asimétrico. E estos casos, los análisis indican que la respuesta puede ser la agresión y su resultado la muerte. (...) En este sentido, los crímenes del patriarcado o feminicidios son, claramente, crímenes de poder, es decir, crímenes cuya dupla función es, en este modelo, simultáneamente, la retención o manutención, y la reproducción del poder (SEGATO, 2012, p. 4).

Apesar de fundamental, a categoria analítica “gênero” é insuficiente para dar conta da dinâmica funcional dos feminicídios, uma vez que a maioria desses assassinatos são de mulheres negras e pobres, sugerindo que “o gênero tem que ser redefinido e reestruturado em conjunção com uma visão de igualdade política e social que inclui não só o sexo, mas também, a classe e a raça” (SCOTT, 1990, p. 39).

No Brasil, até recentemente não tínhamos um código penal que abarcasse a particularidade dos assassinatos de mulheres. Contudo, no dia 9 de março de 2015 foi sancionada a Lei 13.104/15, “que alterou o artigo 121 do Código Penal Brasileiro, passando a prever o feminicídio como circunstâncias qualificadoras do crime de homicídio e, no mesmo norte, foi inserido no rol de crimes hediondos” (BARROS; SILVA, 2019, p. 10).

Desde 2015, quando a lei passou a valer, o número de feminicídios de 2022 é o mais alto da série histórica do Monitor da Violência, do g1, e do Fórum Brasileiro de Segurança Pública<sup>5</sup>. Nesse ano, ao menos 1.410 mulheres tiveram suas mortes qualificadas como feminicídio. Mas cresceu também o número de mulheres vítimas de

---

<sup>5</sup> Disponível em: <https://g1.globo.com/monitor-da-violencia/noticia/2023/03/08/brasil-bate-recorde-de-feminicidios-em-2022-com-uma-mulher-morta-a-cada-6-horas.ghtml>

homicídio, que passou de 3.831 em 2021 para 3.930 em 2022. Na Paraíba, a taxa de homicídios de mulheres por 100 mil é de 4,1, acima da média nacional, que é de 3,6.

### **Caso Pâmela Bessa**

O crime ocorreu na cidade Poço José De Moura, cidade do alto Sertão Paraibano. O município possui aproximadamente 4.000 habitantes, segundos dados do IGBE de 2010, e possui uma área territorial de 100,971 km<sup>2</sup>.

Pâmela do Nascimento Bessa era uma mulher negra, com ensino fundamental completo, mãe de dois filhos. Com família desestruturada, que partiu para São Paulo deixando-a sozinha na Paraíba, Pâmela precisou se prostituir para garantir seu sustento financeiro, além de trabalhar como diarista. Abandonou a prostituição para se tornar esposa, casando-se duas vezes, em ambos os casamentos era vítima de agressões domésticas. Seu último esposo, Hélio José de Almeida Feitosa Batista, é o responsável por sua morte.

Ela estava grávida de cinco meses quando foi assassinada no dia 07 de setembro de 2020. De acordo com a perícia da polícia, Pâmela foi espancada até a morte pelo esposo Hélio que, após cometer o crime, levou seu corpo até o hospital, alegando que ela havia desmaiado por dores de cabeça. No entanto, o médico legista percebeu lesões no corpo da vítima e acionou a polícia.

Hélio foi levado à delegacia para prestar depoimento, mas logo em seguida foi liberado pelo delegado de plantão. Esse fato provocou muito questionamento popular: as pessoas queriam entender o motivo pelo qual a autoridade não decretou a prisão em flagrante do suspeito. Principalmente porque, no dia seguinte, quando saiu o mandado de prisão de Hélio, ele já se encontrava foragido.

A compreensão popular da pequena cidade, motivada por áudios vazados da família de Hélio, via WhatsApp, apontou que sua fuga teria sido auxiliada por uma autoridade policial do município, que possui relação de parentalidade com o suspeito. Embora não tenha sido oficializado judicialmente, uma das reivindicações dos protestos posteriores foi a punição desta autoridade de segurança com abaixo-assinados e intervenção na Câmara de Vereadores da cidade. Silenciosamente, ele foi afastado do cargo e, em seguida, transferido para atuar em outro município.

O caso de Pâmela motivou os primeiros protestos contra o feminicídio no Alto Sertão Paraibano. Mulheres do Poço José de Moura e dos municípios circunvizinhos criaram um coletivo feminista chamado “Mulheres a Bessa” como forma de homenagear

Pâmela e organizar protestos que cobrassem justiça pelo caso, como também medidas contra a violência doméstica.

O maior protesto envolvendo esse feminicídio aconteceu no dia 20/09/2020, quando cerca de 150 mulheres ocuparam a praça pública de Poço José de Moura, gerando grande repercussão na região. É certo que essa pressão popular garantiu rigor na investigação do caso, proporcionando que o acusado fosse preso três meses após cometer o crime, em uma operação da polícia civil de Cajazeiras com a polícia do Estado de São Paulo, onde Hélio foi reconhecido e preso. Em setembro de 2022, ele foi condenado a 42 anos de prisão.

O estudo deste caso é importante dada a compreensão do impacto do movimento feminista e do caráter genérico do crime feminicídio, ou seja, do assassinato de mulheres por sua condição feminina nas relações sociais de gênero. Como assinala a autora Rita Segato (2012), em tradução livre, “todo e, qualquer crime de gênero tem uma dimensão de impessoalidade e antagonismo genérico que emana da estrutura de poder hierárquica e patriarcal” (SEGATO, 2012, pág. 5).

Esta estructura, a la que denominamos “relaciones de género”, es, por sí misma, violentogénica y potencialmente genocida por el hecho de que la posición masculina sólo puede ser alcanzada –adquirida, en cuanto estatus– y reproducirse como tal ejerciendo una o más dimensiones de un paquete de potencias, es decir, de formas de dominio entrelazadas: sexual, bélica, intelectual, política, económica y moral (SEGATO, 2012, pág. 5).

Para a autora, mesmo a agressão do marido com a esposa implica “a suspensão de qualquer outra dimensão pessoal do vínculo para dar origem a um afloramento da estrutura genérica e impessoal de gênero e seu mandato de dominação” (SEGATO, 2012, pág. 6), também em tradução livre. Desta forma, compreende-se Pâmela como uma mulher genérica, x, y ou z, cuja morte não está relacionada a atributos pessoais ou individualizantes, mas a uma estrutura de relações sociais de gênero.

Em um estudo anterior *‘Regularidades discursivas dos casos de feminicídio no Diário do Sertão’* (2022), identificou-se que o ativismo das mulheres aprofundou momentaneamente o tratamento conferido pela mídia local à cobertura dos casos de feminicídios, os quais são, geralmente, representados como ‘homicídios’ e descontextualizados de um cenário de violência contra mulheres. O movimento feminista colocou em pauta os próprios protestos, bem como questões sobre violência doméstica e impunidade de agressores.

Portanto, este estudo busca analisar a representação do feminicídio na cobertura

da emissora de maior audiência do estado, a Rede Paraíba de Comunicação, afiliada da RedeGlobo e verificar se as ações feministas, realizadas no Sertão, influíram ou não na pauta sobre o assunto. Como *corpus*, foram escolhidas três reportagens que foram ao ar no telejornal *Bom dia Paraíba*, jornal matinal de maior audiência na Paraíba. As reportagens foram filtradas através da plataforma *GloboPlay*<sup>5</sup>.

## Metodologia

A Análise de Discurso (AD) é a metodologia aplicada nesta pesquisa. Esse método toma o discurso como objeto, analisando como a língua sentido de acordo com as posições discursivo-ideológicas. Pêcheux (2009) traz alguns conceitos que auxiliam a análise com base na sua teoria da ideologia. Para o autor, os sujeitos do discurso são sujeitos interpelados pela ideologia, isto é, constituídos por ela. A ideologia, aqui, funciona como aquilo que fornece as “evidências” do mundo e das coisas.

A análise para identificar se houve repercussão e influência dos protestos feministas, ocorridos no Sertão, na cobertura realizada pela emissora, na capital do estado, se deu através de uma entrevista semi-estruturada com o repórter Artur Lira, que cobriu o fato.

## Análise

### O feminicídio - 08/09/2020: vítima estava grávida

A primeira vez que o caso foi noticiado pela Rede Paraíba de Comunicação foi em um formato “ao vivo” no telejornal Bom Dia Paraíba, no dia 8 de setembro de 2020<sup>6</sup>, na manhã do dia seguinte ao acontecimento. A tarja é “*VÍTIMA ESTAVA GRÁVIDA: Mulher morre depois de sofrer agressões e o suspeito é o companheiro*”. Embora apontado como principal suspeito, em nenhum momento o termo “feminicídio” é utilizado.

Na matéria, a gravidez de Pamela recebe destaque quatro vezes. Frequentemente, fundamentado pela discursividade patriarcal de proteção da família e papel reprodutor da mulher. A mídia e a sociedade atribuem maior comoção quando as mulheres agredidas em questão são meninas ou gestantes. Isso fica evidente quando, na fala da apresentadora, surge: “Destruíu *toda* a família”.

A apresentadora chega a falar em violência contra a mulher, mas, de forma geral,

---

<sup>6</sup> Disponível em: <https://globoplay.globo.com/>

pode-se interpretar que o discurso do jornal produz um sentido dominante de cobrança por punitivismo: “e é por causa dessa impunidade, Arthur Lira, que casos assim, de violência contra a mulher, continuam a acontecer”. Aliado a isso, embora aponte para uma prática recorrente, o telejornal se furta à oportunidade de contextualizar e elucidar dados e índices de feminicídios no estado, de divulgar o número do telefone do “disque denúncias” ou informar acerca de órgãos públicos que atendem mulheres em situação de violência, configurando uma certa política de silenciamento (ORLANDI, 2007).

Como já demonstrado na dissertação *‘Hoje, se espremer o espelho, sai sangue’*, em que se analisou a cobertura de sete casos de feminicídios pelos telejornais da emissora, foi constatado que é a mensagem e o objetivo geral das matérias geralmente é o punitivismo: “No caso de feminicídios, no qual a situação já chegou ao extremo, o objetivo é incentivar que os telespectadores ajudem a polícia a encontrar o suspeito. Mas não é incomum oferecer serviço algum” (PAZ, 2018, p. 62).

A construção discursiva do acontecimento como “um crime horrendo” pelo fato de a vítima estar grávida e a existência de um apelo à efetiva punição do assassino supõe o isolamento do caso, despolitizando o fenômeno e retratando o problema como pontual, ao invés de uma epidemia. Assim, provocando esse distanciamento, pode-se culpar e punir o indivíduo sem pensar criticamente em suas causas sociais. Tal interpretação vai de encontro com Thurler (2017, p. 465), que aponta que no jornalismo de forma geral, as matérias sobre feminicídios são “predominantemente descontínuas e pontuais, provocando o sentimento de que os feminicídios são fatos isolados”.

Além disso, há um ruído, ou seja, um desencontro nas informações transmitidas pelo repórter. A informação por parte da polícia civil é que não se prendeu o suspeito quando ele prestou depoimento por não se ter informações sobre a vida pregressa do casal. Porém, provavelmente motivado pelas indagações dos protestos, o repórter realça: “*agora, o que chama atenção nesse caso, Denise, é que o suspeito [...] prestou depoimento e foi liberado [...], mesmo com o relato dos vizinhos, [...] mesmo com o relato do médico [...] mesmo após a morte dessa mulher*”. Tal enunciado, composto por repetições da conjunção de coordenação adversativa “mesmo”, produz efeitos de sentido que indicam contradição entre os termos relacionados, isto é, o fato do feminicida ser liberado e ter testemunhas o suficiente que o incriminariam.

Esse era o mesmo discurso da população da cidade que se revoltou contra o crime, colocando em descrédito o discurso da polícia. A reprodução do discurso da população



por parte do repórter demonstra o alcance da revolta e protestos organizados pelas mulheres do sertão paraibano. Em entrevista por WhatsApp, o repórter foi questionado se lembrava dos protestos realizados na época, disse:

Lembro sim. Inclusive, na época logo nos primeiros protestos nós recebemos vídeos de redes sociais que mostravam mulheres na rua protestando com cartazes na mão. Também acompanhamos quando ele foi preso, no estado de São Paulo. Também continuamos acompanhando o caso e o julgamento dele, quando ele foi condenado (mensagem enviada em 10/032023).

Quando questionado se a população e os protestos podem ser considerados fontes indiretas da sua reportagem, o repórter confirmou a ideia:

Com certeza sim. O jornalismo tem um papel social de informar. Tudo aquilo que é relevante para o conhecimento da sociedade tem o caminho para pautas. Quando protestos são realizados, ali está presente uma comunidade; uma representação; um grupo que necessita ser escutado (mensagem enviada em 10/032023).

No entanto, os protestos organizados pelas feministas não aparecem no texto do repórter, nem inicialmente, nem posteriormente. Não há imagens das manifestações ou fala das ativistas. A única fonte ouvida e reproduzida pela reportagem é a polícia.

O repórter, na referida entrevista, informou que imagens das ações das mulheres foram noticiadas pelo telejornal em forma de notas coberturas, porém, esse material não foi encontrado disponível no GloboPlay. Portanto, não é possível confirmar-se o material foi realmente ao ar, o que direciona a análise ainda mais na ideia de silenciamento.

### **Uma semana após – 16/09/2020: assassinato no sertão (suíte)**

Não é comum um caso de feminicídio ser “suítado” no jornalismo televisivo tradicional. O que demonstra a repercussão estadual do caso Pâmela Bessa. Uma semana após o ocorrido, no dia 16 de setembro<sup>7</sup>, vai ao ar uma reportagem gravada com a tarja: “ASSASSINATO NO SERTÃO: Polícia revela que principal suspeito de matar grávida é o companheiro dela”. Os elementos presentes na matéria anterior continuam sendo reforçados: não porque “mulher”, mas porque “grávida”; dando preferência ao uso do termo “assassinato” ao invés de feminicídio.

---

<sup>7</sup> Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/8839017/>



A mensagem geral do produto continua sendo a cobrança por punitivismo, nesta matéria, identificada na fala e tom de voz irônico do repórter: “Agora, uma semana depois, com o suspeito já foragido, a polícia civil deu uma entrevista coletiva para confirmar as suspeitas que foram apontadas desde o início”. Nessa fala também estão presentes argumentos dos protestos locais.

O termo “feminicídio” é enunciado duas vezes. A primeira, na sonora do delegado: “*o caso da Pamela Bessa é um caso típico de feminicídio*”. Na segunda, na fala espontânea da apresentadora: “*a gente não pode se calar e achar que é só mais um caso de feminicídio*”. O termo não é explicado ou contextualizado, além de que, em nenhum momento, aparece no *off* do repórter.

Os únicos serviços ofertados nessa reportagem são os da polícia: “Quem tiver informações que ajudem a polícia a encontrar Hélio José de Almeida Feitosa pode ligar para os números 190 da polícia militar ou 197 da polícia civil”. Não são apresentados dados sobre de violência de gênero no estado, nem órgãos de atendimento às vítimas de violência.

## **Condenação**

Agora, em formato de *stand up*<sup>8</sup>, o repórter é o Herbert Araújo. Os elementos identificados anteriormente se repetem: destaque ao fato de Hélio não ter sido preso em flagrante; ausência de dados de feminicídios/violência contra a mulher e de informações sobre telefones de órgãos de segurança, como o disque-denúncias, ou de órgãos de atendimento às mulheres em situação de violência. Não há falas das ativistas.

Embora o termo ‘feminicídio’ seja algumas vezes enunciado, não está devidamente incorporado e contextualizado na cobertura. A fim de cumprir o papel de conscientização da população, o fundamento que deve guiar coberturas jornalísticas acerca de feminicídios deve ser a contextualização, a correlação do crime a um problema social que deve ser combatido e a divulgação de órgãos de socorro e apoio às mulheres.

A repercussão local no Sertão e os protestos organizados pelas mulheres de Poço José de Moura chegaram, segundo o repórter entrevistado, até o veículo em forma de vídeos e informações via WhatsApp. Esses acontecimentos foram absorvidos pela emissora, que repercutiu o caso com “suíte”.

No entanto, diferente do que aconteceu nos portais locais, na região do Sertão

---

<sup>8</sup> Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/8860047/>

paraibano, o movimento de mulheres apareceu como pano de fundo e não como fonte direta, portanto, as manifestantes não receberam direito à fala, não foram citadas ou ouvidas. A única fonte direta foi a polícia, reproduzindo o que tem sido apontado como um dos erros fundamentais na cobertura jornalística dos casos de feminicídios.

### Considerações finais

Embora o termo ‘feminicídio’ seja algumas vezes enunciado, não está devidamente incorporado e contextualizado na cobertura. A fim de cumprir o papel de conscientização da população, o fundamento que deve guiar coberturas jornalísticas acerca de feminicídios deve ser a contextualização, a correlação do crime a um problema social que deve ser combatido e a divulgação de órgãos de socorro e apoio às mulheres.

A repercussão local e os protestos organizados pelas mulheres de Poço José de Moura chegaram, segundo o repórter entrevistado, até o veículo em forma de vídeos e informações via WhatsApp. Esses acontecimentos foram absorvidos pela emissora, que repercutiu o caso com “suíte”.

No entanto, diferente do que aconteceu nos portais locais, na região do Sertão paraibano, o movimento de mulheres apareceu como pano de fundo e não como fonte direta, portanto, as manifestantes não receberam direito à fala, não foram citadas ou ouvidas. A única fonte direta foi a polícia, reproduzindo o que tem sido apontado como um dos erros fundamentais na cobertura jornalística dos casos de feminicídios.

### Referências

- CAPUTI, J.; RUSSELL, D. E. H. **Femicide**: sexist terrorism against women. In: Radford, J.; Russell, D. E. H. *Femicide: the politics of woman killing*. New York: Twaine Publishers, 1992.
- LACERDA, Luana Brito; LELLIS, Demerval Ricardo; RABAY, Glória. Regularidades discursivas dos casos de feminicídio no Diário do Sertão. **PragMATIZES** - Revista Latino-Americana de Estudos em Cultura, Niterói/RJ, Ano 13, n. 24, p. 75-98, mar. 2023.
- ORLANDI, Eni. **As formas do silêncio**: no movimento dos sentidos. 6. ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2007.
- PRADO, Débora; SANEMATSU, Marisa. **Feminicídio**: #InvisibilidadeMata. São Paulo: Instituto Patrícia Galvão, 2017.
- PAZ, P. **Hoje, se espremer o espelho, sai sangue**”: etnografia da produção de notícias de feminicídio para o telejornal JPB 1º edição (PB). UFPB. João Pessoa, 2018.
- PÊCHEUX, Michel. *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. Campinas:

Unicamp, 2009.

THURLER, Ana Liési. Femicídios na mídia e desumanização das mulheres. **Revista Observatório**, v. 3, n. 6, p. 465-496, 1 out. 2017. Disponível em: <https://sistemas.uft.edu.br/periodicos/index.php/observatorio/article/view/4249/12562>. Acesso em 22 de mai. de 2023.

---

<sup>7</sup> <https://globoplay.globo.com/v/8860047/>



Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação  
46º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação – PUC-Minas – 4 a 8/9/2023



Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação  
46º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação – PUC-Minas – 4 a 8/9/2023



Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação  
46º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação – PUC-Minas – 4 a 8/9/2023